

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

O ILUMINISMO E PORTUGAL.

CARRATO, José Ferreira

Ano: 1979 | Número: 89

Como citar este documento:

CARRATO, José Ferreira, O Iluminismo e Portugal. *Revista de Guimarães*, 89 Jan.-Dez. 1979, p. 107-124.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt

URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

O Iluminismo e Portugal

Prof. Doutor JOSÉ FERREIRA CARRATO

(Universidade de S. Paulo — Brasil)

1.

Os séculos XVII e XVIII assistiram, na Europa Ocidental, ao início e à evolução de um movimento espiritual inteiramente inédito. Não que os seus ingredientes fundamentais fossem novidades, pois traziam suas origens dos fins da Idade Média, do Renascimento e da Reforma, tais como a desconfiança crescente na fé e na ciência tradicionais, o redescobrimto da cultura dos antigos e o livre exame dos valores revelados. Mas é verdade que esses elementos originários desenvolveram-se, ganharam vulto, constituíram-se em uma dinâmica histórica irresistível e, em consequência, transformaram-se em um caudal revolucionário de ideias e de vontades, que acabou impondo uma nova fase cultural na história da humanidade. Fenómeno sob vários aspectos parecido com a transição da cultura pagã antiga para o Cristianismo.

Esse movimento espiritual foi a Ilustração. Ele nasceu da filosofia e das ciências naturais, como uma nova explicação para o mundo, a natureza, o homem e a história, explicação essa que abalou os alicerces da ordem estabelecida até então. O Renascimento italiano e a Reforma alemã haviam preparado o seu caminho, através da contestação às vigências medievais. Porém, foi no século XVII que se viu a grande transformação das sólidas concepções até então intocadas, com um conhecimento mais próximo e crescente da realidade circunstante, a adoção da experiência e da crítica na averiguação dos mistérios da natureza e da marcha da história. Nasceu a ciência moderna, sob a égide da pesquisa e da compro-

vação. O italiano Galileu destronou a terra do centro do universo e a reduziu a um pequeno grão de areia perdido no cosmos; o alemão Kepler descobriu as leis do movimento dos planetas em volta do Sol; o inglês Bacon propôs uma nova ciência à luz da experiência e da indução, em substituição à antiga lógica aristotélica dos silogismos e dos princípios gerais; o francês Descartes partiu da «luz natural» da razão, pela dúvida metódica, para explicar a existência humana; o inglês Newton formulou a sua lei da atracção universal, completando Galileu e Kepler, e abriu o caminho da apreensão dos mundos celestes; o alemão Leibnitz tentou fixar na «mônada» a primeira e a mais simples das substâncias e, assim, defender a unidade da obra natural do Criador; o inglês Locke ensaiou reformar o conhecimento humano, dando nova dimensão aos sentidos e, asseverando que todos os homens nascem iguais e podem aspirar a escolher o seu próprio príncipe, lançou os audaciosos sonhos do constitucionalismo político; e o francês Pierre Bayle rechaçou todo o dogmatismo religioso, propondo a tolerância universal de todas as crenças, mesmo a dos ateus.

Ora, uma tal sequência de descobertas naturais extraordinárias, de atrevidos métodos novos de pensamento, de formulações inauditas sobre a política e a religião, acontecida em poucos decénios, representou um salto espectacular na evolução da cultura ocidental, dos mais portentosos da história. E, naturalmente, abalou profundamente o mundo que questionava. Houve a reacção, dura e implacável. Especialmente em França, onde o absolutismo monárquico de Luís XIV, por se ter revelado eficaz, servia de modelo aos demais reinos da Europa; ali, o rei, com sua pessoa e sua corte, era a única realidade do Estado. Ligada estreitamente ao trono, colocava-se a Igreja Católica, a segunda força da ordem estabelecida, que dava ao absolutismo régio o respaldo doutrinário do direito divino do poder. Assim, foi contra o trono e o altar que as novas forças da Ilustração se arremeteram, mais veementemente em França porque residiam ali, mais poderosas e organizadas, as forças do absolutismo político, e, também cultural.

2.

Vale recordar aqui o papel relevante que tiveram na conjuntura iluminista as Academias. Inicialmente, em França, onde nasceram e tiveram seu maior desenvolvimento, não passaram de reuniões de eruditos e literatos, que se encontravam para discutir seus problemas. Até que o Cardeal de Richelieu, em sua percuciência política, sentiu que podia dar um outro destino à instituição. Elaboraram-se estatutos, reforçou-se o número de académicos e, eis, a partir de 1634, criada a Academia Francesa, com o intento confesso do «bom uso» da língua nacional, mas logo passando a servir aos propósitos políticos e culturais do Estado absolutista. O modelo da Academia Francesa teve imediata imitação em diversas cortes europeias, nas quais aparecem os seguintes institutos: a Royal Society de Londres (1645); a Sociedade Prussiana das Ciências (1700), que teve Leibnitz como seu primeiro presidente; a Academia Real de Upsala (1710), na Suécia, fundada pelo sábio Berzélius; a Academia Espanhola (1713), fundada pelo rei Felipe V; a Academia Imperial de São Petersburgo (1725), obra de Pedro, o Grande; a Academia Real das Ciências de Estocolmo (1739), que teve o impulso inspirador do botânico Lineu; e muitas outras, nos principados eclesiásticos do Sacro Império, na Bélgica, nos Países Baixos, na Itália. Havia uma constante nessas instituições literárias e científicas: eram protegidas especialmente pelos governantes, junto dos quais se achavam sempre localizadas com generosas dotações e recrutamento de grandes nomes da ciência internacional. Os déspotas esclarecidos consideravam as coisas da cultura não somente como ornamento de suas cortes, como também indispensáveis para a promoção do poder e esplendor do Estado. E como as Universidades tradicionais, encasteladas em seus velhos privilégios, frequentemente opunham obstáculos ao poder monárquico, foram sendo relegadas, submergindo-se pouco a pouco na estagnação de métodos e ciências superados, no solidão de suas cidades medievais.

Se nos primeiros tempos a Academia Francesa representou o reduto avançado da ordem estabelecida, como um dócil instrumento da união formal do Estado com a

literatura e a ciência (como prova a «eleição» de validos da corte às quarenta cadeiras criadas, dentre os quais o próprio Colbert, T. Rose (?), «secretário de câmara» de Luís XIV, e outros), prelados, nobres e intelectuais engajados nas novas ideias iniciaram, já nos primeiros anos do século XVIII a luta pela conquista da difícil cidadela. O primeiro deles a entrar para a Academia é o Marquês d'Argenson, em 1718; Montesquieu é eleito em 1728. Está aberto o caminho e por ele enveredarão, sempre que possível, os confrades da revolução espiritual em marcha. Eis que o geometra Maupertuis retoma a fila, em 1743; segue-se-lhe Voltaire, em 1746; o naturalista Buffon, em 1753; logo no ano seguinte o enciclopedista D'Alembert; o autor dramático Marmontel em 1763; o filósofo sensualista Condillac em 1768; e, fechando o ciclo setecentista, o filósofo e erudito Volney e o fisiologista Cabanis, em 1795, quando a Academia foi reaberta pela Revolução.

Na Academia e fora dela, os «aufklärers» prosseguirão a sua pregação iluminista. Ela oferece um mundo melhor. Tendo-se na conta de «filósofos» — no sentido exacto do termo — com uma teórica própria sobre a «cidade dos homens» (Hasard), eles garantem que a luz da razão humana, reconduzida pela filosofia ao seu alto mister, haverá de dissipar as trevas das idades pretéritas, trevas essas que ainda cobrem a terra. Através das virtualidades dessa mesma razão, haver-se-á de encontrar o plano ideal da natureza e bastará por-se em execução para que a humanidade reencontre a perdida idade de ouro; estabelecer-se-á um direito novo e uma justiça restaurada, em que as franquias dos povos serão resguardadas, muito diferentes das outorgas do direito divino e suas implicações; será criada uma nova religião, de base natural e deísta, assim como uma nova moral, também natural, tanto uma como a outra em condições de dispensar qualquer teologia revelada do alto; lançar-se-ão as bases de uma nova política, que fará a promoção de todos os vilãos e súbditos a cidadãos, todos com direitos iguais porque nascidos iguais. E, para que os filhos do século não reincidam nos erros e regressões do passado, ser-lhes-ão ensinados princípios novos, e conhecimentos novos, no campo de uma educação reformada, em seus fins e em seus métodos.

Será essa impressionante cosmovisão de optimismo e orgulho humano que se lerá e aprenderá na pregação de Voltaire e dos enciclopedistas, que dada a projecção alcançada pela cultura francesa nos outros institutos científicos e literários europeus, irão frequentar as Academias estrangeiras e complementar o mesmo trabalho inovador de outros eminentes «aufklärers», tais como o pensador Leibnitz na Alemanha, o poeta e ensaísta Pope na Inglaterra, o cientista Carlos Lineu na Suécia, o juriconsulto Muratori na Itália, o «experimentador» Benito Feijoo na Espanha, e tantos outros mais.

3.

O movimento iluminista estende-se, em Portugal, por um largo período histórico, que vai desde os dias heróicos da Restauração (1640), até à Revolução Liberal de 1820. Foi o Portugal restaurado, no empenho de romper todos os laços que o haviam prendido à Espanha, que adoptou as novas ideias vindas dos vários pontos da Europa, como numa instintiva atitude de prevenção e sobrevivência. Não será, pois, coincidência que tenham sido os homens da Restauração os primeiros a trazerem de além-Pirineus as doutrinas e as práticas esclarecidas dos salões «polidos» de Versalhes e Paris, Londres, Viena, e das cortes italianas, especialmente as de Roma e de Nápoles. Porque, na verdade, as modernas correntes do catolicismo italiano — entre outras, as obras de Luís António Muratori, os tratados filosóficos de António Genovesi (Genuense) e o que poderíamos chamar hoje de «aggiornamento» ilustrado do papa Bento XIV — acabaram exercendo uma grande influência na evolução iluminista portuguesa.

Também em Portugal terão muita importância na pregação iluminista os movimentos culturais representados especialmente pelas Academias. Foram os Restauradores e o clero os implantadores da primeira delas, a dos Generosos, que teve funcionamento regular entre 1647 e 1667 e, depois, em 1685-6. Após alguma interrupção, entre 1696 e 1717, passou a funcionar, na livraria do Conde de Ericeira (1673-1743), a nova Academia das Conferências Discretas e Eruditas, já entrando pelos

primeiros anos do reinado do rei D. João V. E foi o jovem monarca quem acabou por tornar realidade os sonhos mais ambiciosos do Conde de Ericeira, criando finalmente, em 8 de Dezembro de 1720, a Academia Real da História. Pode-se acreditar que Ericeira, homem esclarecido, tivesse consciência do novo papel que incumbiria à nobreza cumprir nos novos rumos que tomava a cultura em Portugal — como já vira em outras terras — mas somos de parecer que as intenções de D. João V foram mais afins às do seu magnífico primo de Versalhes, estabelecendo um instrumento do seu poder e engrandecimento pessoal e dinástico, pois, já no alvará de criação, lançava uma instituição «em que se escrevesse a história eclesiástica destes Reinos, e depois tudo o que pertencesse à história deles e de suas conquistas» (1). Os académicos de 1720 trabalharam bastante. Os primeiros a aparecer foram os cultores da literatura. Aliás, já em 1697, iniciando a influência do neoclassicismo francês em oposição ao gongorismo barroco, o 4.º Conde de Ericeira traduzira o compêndio oficial da estética clássica absolutista, o *L'Art Poétique*, de Boileau, com a sua doutrina central de todos os valores literários deverem obedecer à norma soberana, assim como as manifestações dos súbditos se devem pautar pela vontade onipotente do rei absoluto; o que não impediu o mesmo Ericeira, muitos anos de pois (1739), de fazer o elogio de Voltaire, de sua «censura de paço», à tradução da *Histoire de Charles XII*, coisa inédita na corte de Lisboa. Bem mais comedida, e certamente muito mais competente, é a obra do teatino francês D. Rafael Bluteau (1638-1734), radicado em Portugal, que desde 1712 iniciara o seu *Vocabulário Português e Latino*, primeiramente com a intenção de fazer um simples dicionário da língua, e que acabou uma vasta enciclopédia dos mais variados assuntos históricos e científicos, quinze anos depois, constituindo-se o marco inaugural do Iluminismo luso, obra de um homem — na opinião do crítico Hernâni Cidade — «dotado de

(1) Para estudo do gosto de D. João V pela literatura e ciência iluministas, v. Visconde de Santarém — *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo*. Paris, 1842-1860, 18 v, t. V, p. CCXLI a CCXLIII.

um enciclopedismo acumulado através de várias escolas, bibliotecas e países» e que, para ele, valia como o símbolo do vasto e confuso sincretismo em que se preparava a total renovação do mundo, no limiar do século experimentalista (2). Mas, a linha literária e estética, que, de resto, marcava a rotina dos sodalícios academicistas, agora começava a ser ultrapassada por outros intelectuais de 1720, como o historiador D. António Caetano de Souza, que pela primeira vez tentava fazer uma história científica, à base de bom levantamento de documentação, devidamente analisada e criticada, de que é modelo a sua *História Genealógica da Casa Real Portuguesa e as Provas* (19 v), publicada entre 1735 e 1748; o bibliógrafo Diogo Barbosa Machado (1682-1772), que partia para a elaboração do grande inventário bibliográfico, autêntico *corpus* bibliográfico da cultura portuguesa, que é a sua *Biblioteca Lusitana*, em que trabalhou incansavelmente durante quarenta e três anos (publicada ente 1741 e 1759); o cientista e médico Jacó de Castro Sarmiento (1691?-1762), judeu reconvertido, oriundo da Universidade de Évora e emigrado em Londres, onde jamais se esqueceu da pátria e da Academia, pois insiste junto dela durante anos para que crie em Lisboa um Horto Botânico (a Royal Society de Londres lhe enviaria as mudas necessárias), inicia a divulgação das ideias de Newton em sua *Teórica Verdadeira das Marés* (1737), inventa a «água de Inglaterra» (um cozimento da casca de quina-quina), instrui o rei D. João V sobre a necessidade de reformar o ensino da medicina em Coimbra, manda para a Universidade seu primeiro microscópio, agencia-lhe a compra de equipamentos científicos e, após ter feito a apologia da experimentação numa tradução de Estêvão Halles (*Relação de Alguns Experimentos...*, Londres, 1742), dedica-a significativamente a um homem público que começa a sobressair-se em 1738, chamado

(2) *Lições de cultura e literatura portuguesa*. Coimbra, 1948, 2 v., t. II, p. 32. — António Alberto de Andrade: «A posição filosófica de D. Rafael Bluteau». In *Brotéria*. Lisboa, XLI (6): 540-553, 1945. — Dados biográficos de D. Bluteau: D. Tomás Caetano de Bem — *Memórias históricas e cronológicas, etc.* Lisboa, 1792-1794, 2 v., t. I, p. 283.

Sebastião José de Carvalho e Mello; e ainda os irmãos Alexandre e Bartolomeu Lourenço de Gusmão, idos do Brasil doutorar-se em Coimbra e que acabaram uma afortunada existência na corte joanina: o primeiro, que iria completar seus estudos na Sorbonne, em Paris, tornar-se-ia grande político e diplomata, além de escritor, teatrólogo e musicista, devendo-se-lhe a glória do Tratado de Madri (1750), em que arrancou da Espanha, à custa de seu talento e habilidade, o reconhecimento do direito do *uti possidentis*, garantindo para Portugal mais da metade do território do Brasil; e o segundo, o famoso Padre Voador, engenhoso brasileiro, que fez erguer-se, em 1709, perante El-Rei D. João V e sua corte, o primeiro balão aerostático de que reza a história.

O espectacular desempenho da Academia Real da História teve o mérito de estimular uma verdadeira proliferação de outras entidades similares nos seis primeiros decénios setecentistas, não somente na Metrópole, mas também no Brasil. O aparecimento da Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1779, nos primeiros anos do reinado de D. Maria I, não passa da última e avançada consequência do impulso inovador de 1720, coroando, agora de mãos dadas com a Universidade reformada do Marquês de Pombal, todo um trabalho de investigação científica e de fomento económico (3).

4.

A Real Academia Portuguesa da História é a melhor parte da Ilustração joanina, e, pelas tendências de sua obra, vinca fortemente o carácter católico do movimento em Portugal, que, de resto, é a mesma característica das Luzes na Espanha, nos Estados Italianos e no Império dos Habsburgos. «O seu espírito era» — acentua o Prof. Luís Cabral de Moncada — «não revolucionário, nem anti-histórico, nemireligioso, como o francês; mas essencialmente progressista, reformista, nacionalista e

(3) Segundo os dizeres do Alvará régio de 8 de Dezembro de 1720.

humanista. Era o Iluminismo italiano». (4) «Um Iluminismo essencialmente cristão e católico», segundo o especialista brasileiro Laerte Ramos de Carvalho, a propósito do mesmo assunto (5). Se as influências que passam a dominar as elites portuguesas irão destacar o prestígio novo da razão humana na experiência científica, ao manterem elas contacto com os fautores da Ilustração europeia, nem por isso perdem seu acatamento pelos antigos valores espirituais, inclusive os dogmas da religião revelada: aquele reformismo pedagógico — que constituirá a nota dominante do Iluminismo português — vai ser promovido, não por livres-pensadores, como o são, em França, Bayle, Montesquieu, Diderot, D'Alembert, D'Holbach, Helvetius e, destacadamente, Voltaire e João-Jacques Rousseau, mas por homens «ilustrados» da própria Igreja. Tais os papéis desempenhados na conjuntura académica pelos teatinos Rafael Bluteau, os irmãos Caetano de Souza e Beeckmann, pelos franciscanos José Escotinho e Esteves, e, mesmo, pelos jesuítas Luís Gonzaga, Domingos Capasso, João Baptista Carbone e outros. Já no consulado pombalino, os grandes auxiliares das reformas do ensino menor, médio e universitário são os eclesiásticos D. Tomás de Almeida, Principal da Igreja de Lisboa, D. Frei Manuel do Cenáculo, Arcebispo de Évora, D. Francisco de Lemos, Bispo de Coimbra, e o oratoriano António Pereira de Figueiredo.

Os Oratorianos, com efeito, são os mais avançados nas novas ideias. Congregação romana fundada por São Filipe de Néri, em 1564, haviam chegado a Portugal no reinado de D. João IV e se especializaram em coisas do ensino. D. João V doara-lhes a Casa e o Hospício de Nossa Senhora das Necessidades, para ali darem escola; fizera-lhes igualmente oferta de uma boa livraria (que, em 1785, iria atingir o número de trinta mil volumes) e lhes confiara a renda anual de 12.000 cruzados, «com a obrigação de ensinarem publicamente Primeiras Letras, Gramática Latina, Retórica, Filosofia e Teologia Natu-

(4) *Um «iluminista» português do século XVIII: Luís António Verney*. São Paulo, 1941, p. 12.

(5) *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo, 1952, p. 14.

ral» (6), onde logo granjearam fama, entre outros, seus mestres João Batista, Diogo Vernei, Francisco José Freire e António Pereira de Figueiredo. «Na reforma dos estudos em Portugal os Padres Oratorianos representam um papel análogo ao dos padres do Port-Royal, em França» — opina Teófilo Braga, em sua *História da Universidade de Coimbra* (7). Com efeito, eles principiam por reduzir a compêndios os maçudos tratados dos jesuítas, como no caso da edição do *Novo Método para se Aprender a Língua Latina* (1746), do Pe. Manuel Monteiro, e do *Novo Método de Gramática Latina* (1752), do Pe. António Pereira, em contraposição à *Arte de Gramática*, do jesuíta Álvares; no campo da lógica, sem renunciar ao aristotelismo, procuram conotá-lo com as modernas tendências e banir os comentadores tradicionais das Carvalhas e Barretas obrigatórias, como no aparecimento, em 1760, no Porto, da *Instrução sobre a Lógica ou Diálogos sobre a Filosofia Racional*, do Pe. Manuel Álvares, onde avulta, já no prólogo, o elogio das novas ideias, em que fizeram «agigantados progressos Francisco Bacão, Renato Descartes, Pedro Gassendi, João Lockio, o Autor da *Arte de Pensar*, Mariotto, António Genuense e infinitos outros» (8). Daí justificar-se o dito de um ex-aluno deles, Alexandre Herculano, que escreveu uma vez o seguinte: «Tenho as minhas dúvidas sobre as revelações *ab alto*; mas não as tenho sobre os poderes de uma coisa que me ensinaram os padres da Congregação do Oratório, e que se chama a lógica» (9). Em ciências, admitiam e praticavam a experimentação, e abriram nas Necessidades uma Aula de Física Experimental a que acorreram fidalgos e cortesãos, razão por que logo surgiram adversários, que os acusavam de pendor aristocráticos e de aceitarem às lições, dadas em português, pessoas não versadas em latim: é que já se esboçava em Portugal a tendência de substituir o papel propedêutico do latim pela mate-

(6) In A. A. Andrade — *Verney e a filosofia portuguesa*. Braga, 1946, p. 333.

(7) *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa, 1892-1902, 4 v., t. III, p. 280.

(8) Teófilo Braga — *Op. cit.*, t. III, p. 282.

(9) De carta ao 3.º Duque de Palmela. Cit. por Vitorino Nemésio, in *A mocidade de Herculano*, Lisboa, 1934, t. I, p. 101.

mática (10). Esta situação de prestígio excepcional, estimulada pelas liberalidades do rei, permitiu-lhes alimentar ainda mais a «forte esperança» de realizar uma verdadeira reforma nos sistemas de ensino usados nas escolas oficiais.

Esses ideais de reforma pedagógica eram também acalentados por uma elite de vanguarda, representada principalmente pelos chamados «estrangeirados». Os «estrangeirados» eram portugueses inteligentes que viajavam para o estrangeiro, onde viam, observavam, estudavam e acabavam adotando as ideias iluministas. Eram diplomatas, eclesiásticos, cientistas e políticos que, após permanecerem ou estudarem nos centros mais adiantados da Europa, traziam de volta à terra natal — uma terra geográfica e culturalmente de costas voltadas para o continente — o fermento renovador. O próprio D. João V — que, tão logo passa a dispor a mancheias dos ouros e dos diamantes do Brasil, adquire o título bajulatório de «Magnânimo» — favorece a vinda ao Reino de estrangeiros ilustres e a viagem ao exterior de portugueses de futuro, e funda em Roma, para acolhê-los, a Academia de Portugal, com bolsas de estudos, ajudas de custo, etc. Dentre esses «estrangeirados», o primeiro a publicar uns audaciosos *Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre* (1734) foi o filólogo e pedagogo Martinho de Mendonça de Pina e Proença. Havendo viajado bastante pela Europa, onde teve ocasião de observar as novas tendências da educação iluminista, escreveu seus *Apontamentos*, pondo em circulação as ideias pedagógicas de John Locke, a quem exalta logo na abertura do livro por ter escrito tão «doutamente sobre a educação dos meninos» (11); mais adiante aconselha afoitamente os nobres a não mandarem seus filhos às escolas oficiais (12), ataca o ensino do latim pelo próprio latim, põe em dúvida a validade da retórica em favor da gramática, achando «quase

(10) Referências elogiosas aos Oratorianos: Art. «Oratorianos», de António Coimbra Martins. In *Dicionário de História de Portugal e do Brasil*. Porto (Ed. Joel Serrão), s/d, 8 v., t. V, p. 203; — Jacques Aman e Albert-Alain Bourdon — «Une description de Lisbonne en juin 1755». In *Bulletin des Études Portugaises*, do Instituto Francês de Lisboa. Lisboa, 1965, t. XXVI.

(11) *Apontamentos*, p. 3.

(12) *Idem*, p. 137.

inúteis as suas regras» e tropos, aos quais sobrepõe Demóstenes, «todo simples e convincente» (13); e proclama, doze anos antes de Luís António Verney, conhecer «o verdadeiro modo de ensinar», asseverando que «muito útil seria que o Mestre, além da Língua Latina, soubesse o Grego e as principais da Europa, Geografia, Cronologia e História, Ciências Matemáticas, Direito Público, Filosofia» e ensinasse essas matérias em lugar dos «muitos anos que se gastam em aprender Latim» (14). Como se vê, vão-se colocando posições cada vez mais atrevidas contra o ensino tradicional. Os «aufklärers» acreditam que vai ser nas escolas e nas universidades que o fermento das novas Luzes levedará mais rapidamente a sociedade e a transformará.

Dos «estrangeirados» que assim pensam, o padre Luís António Verney (1713-1792), pelo vulto e valor de sua obra, é o que irá ter a maior repercussão, e, ao publicar o seu libelo contra o ensino oficial — o *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), concorrerá decisivamente, mais que qualquer outro, para a implantação das reformas reclamadas.

O livro apareceu, expressivamente declarado «com todas as licenças necessárias», não em Portugal, mas no Reino de Nápoles, e sua primeira edição simplesmente desapareceu» da circulação, tão logo surgiram em Lisboa alguns exemplares. Foi em 1746. Já no ano seguinte saiu uma segunda edição e a obra demolidora pode ser conhecida melhor. O especialista António Alberto de Andrade diz ser o *Verdadeiro Método de Estudar* o «primeiro manifesto da primeira reforma pedagógica» em Portugal (15). A obra é, antes de tudo, uma sólida e cerrada crítica ao regime do ensino secundário e superior. O Arcediago de Évora ou o «Barbadinho» — o autor detém aquele título e adopta este apelido religioso, como se fosse um capuchinho da «Congregasam da Itália», para se esconder no anonimato, de medo do Santo Officio — ataca duramente os métodos rotineiros com

(13) *Aponts.*, cit., p. 282.

(14) *Aponts.*, cit., p. 270.

(15) *Vernei e a cultura do seu tempo*. Coimbra, 1965, p. 167.

que se ensinam aos jovens de sua pátria a Ortografia, a Gramática Latina, a Retórica e a Filosofia, e aos universitários a Teologia, o Direito e a Medicina. Para ele, os professores acham-se demasiadamente submetidos à autoridade dos mestres assentes e incontestes, como Aristóteles, imposto sem remissão pela Escolástica. Tem-se pelos antigos um culto supersticioso e se nega aos modernos todo o mérito. Ninguém se preocupa com a observação nem a experimentação nas ciências. O direito é estudado sem o auxílio das ciências auxiliares, que permitiriam entender-se os fatos sociais. O único processo mental que se exercita é o da memória. A teologia se compraz mais nas subtilezas da Escola do que no exame crítico dos textos da Sagrada Escritura. Em medicina, Galeno, é preferido a Hipócrates, pois se estudam conceitos abstractos e se desprezam as práticas da anatomia e da cirurgia.

Ainda com mais audácia que os seus inspiradores (16), Verney denuncia com vigor e sarcasmo os superados processos pedagógicos da Universidade portuguesa, a quem acusa de não ter sabido reformar-se nem permitir que entrassem nas velhas aulas o espírito e a cultura modernos. Mas, o Barbadinho não se contenta só em demolir. Também constrói e propõe constantemente o que viu e aprendeu no estrangeiro. Daí justificar, na Carta 6.^a — ele dá nome de «cartas» aos capítulos de sua obra — que «não é maravilha que muitos vão estudar fora (...). Prouvera a Deus» — escreve ele — «que fossem muitos mais e que estudassem bem e viessem introduzir esse bom gosto em Portugal» (17). Ele parte do princípio fundamental de que o bom falar é o primeiro passo da boa comunicação entre os homens e cita D. Luís da Cunha, o ministro português em Paris, dizendo que «quando saíra de

(16) Influências em Verney, em seu *Verdadeiro Método de Estudar*, segundo o seu anotador Sr. António Salgado Jr.: de França, o Marquês de Argenson, Rollin, Rapin e Lamy, na reforma das letras; da Espanha, Benito Feijoo; e da Itália, Luís António Muratori, na reforma das letras e das ciências (*Verdadeiro Método de Estudar*. Lisboa, 1949, 5 v., *passim*). V. também Camilo Castelo Branco — *Perfil do Marquês de Pombal*. 4.^o ed., Porto, 1936, p. 86.

(17) Os capítulos da obra apresentam-se divididos em «Cartas», cada uma com um assunto e um destinatário específicos.

Portugal e ouvira falar outra gente, o maior trabalho que tivera fora procurar esquecer-se de tudo o que tinha aprendido em Portugal, para poder entender as coisas bem e falar com propriedade» (18). Começa, pois, pela reforma da gramática e da retórica; no que toca à gramática latina, preconiza que o ensino seja dado na língua materna, pois lhe parece «loucura ensinar em latim uma coisa, que, pela maior parte, se há de executar em vulgar» (19); ironiza também o teatro neolatino em Portugal — «é coisa digna de riso que sendo esta língua (o latim) morta, introduzam neste tempo representações latinas» (20). E passa à retórica, onde o ensino da linguagem deve fazê-la clara e simples — «esta é a primeira regra do método — facilitar a inteligência» (21), e não cheia de «encarecimentos incríveis» (Carta 7.^a), sobrecarregada de «esquisitices», que irritam: «Tenho visto vários livros de conceitos: mas não era coisa que merecesse ler-se» (Carta 6.^a); ou paradoxos sem significado, tais como «*instante de jasmim, concepto breve, átomo presumido, sospecha de cristal, susto de nieve, ancia del sentido* — São frases que nada significam» (Carta 7.^a). No que diz às *línguas vivas*. Verney acha acertado «que o estudante, com o tempo, aprendesse francês ou francês ou italiano, para poder ler as maravilhosas obras que nestas línguas se têm composto em todas as ciências» (Carta 6.^a). Agora, a *filosofia*. Faz-se necessário utilizar os autores «novos», aos quais se tacha de «heréticos» com demasiada facilidade, mesmo sem havê-los lido» (Carta 8.^a); deve-se combater a filosofia de escola, de sistema: «Este é o sistema moderno — não ter sistema» (Carta 10.^a); depois a contestação ao argumento da autoridade:... «que importa que Aristóteles ou todos os filósofos da Grécia dissessem que o ar era leve, se estou vendo experiências que provam que é pesado?» (Carta 10.^a); esse prestígio novo do fato, da experiência, leva o Barbadinho a distinguir modernos hipotéticos e modernos experimentais, estes bons e aqueles «maus filósofos»; e, na mesma ordem de ideias, defende a abolição

(18) Carta 13.^a.

(19) Carta 6.^a.

(20) Carta 6.^a.

(21) Carta 6.^a.

dos falsos problemas, tais como definir os «entes de razão» e «disputar sobre os anjos» (Carta 10.^a); aliás, por isso mesmo, que se acabem essas tolas e infundas disputas (já denunciadas por D. Rafael Bluteau, em seu *Vocabulário*, I, p. 49: «Sei quanto aborreces as contendas e litígios das escolas»), que Verney, mais violento, escreve que «as mexerufadas da Escolástica são o melhor segredo que se tem achado para não entender bem matéria alguma» (Carta 14.^a); e, no campo da lógica — o forte de Verney — ele condena o estudo do silogismo, como se ele fosse um fim e não um meio, pois o que verdadeiramente interessa é a busca da verdade e do erro (Carta 8.^a). Dando uma ênfase nova às *ciências*, o reformador destaca o papel das matemáticas, tão descuidadas ainda (Carta 10.^a), devendo precederem o estudo da física, que só pode ser ensinada com a ajuda das «máquinas» (palavra mágica que o autor usa muito, às vezes até impropriamente) e das experiências (Cartas 10.^a e 16.^a). Por sua vez, a *medicina* terá de ser libertada dos charlatães e «Algebristas» («tremendíssimos ignorantes») e entregue aos verdadeiros cirurgiões, cujos estudos devem conceder um lugar muito grande à anatomia, para se «saber o uso das partes do corpo humano», e às observações dos enfermos nos hospitais (Carta 12.^a). Eis o que pensa Verney sobre a reforma do *direito*, inspirado especialmente em seu mestre italiano Luís António Muratori⁽²²⁾: o direito português, muito adstrito às usanças locais, perdeu o contacto com o dos outros países, e houvera de abrir-se às correntes mais universais que as tradicionais fontes do direito romano, correntes afinadas com as novas ideias em curso, que eram as de um direito fundado na reta razão universal e na lei natural (Grotius e Puffendorf), permitindo a crítica das leis humanas, que não são intangíveis; atenção especial deveria ser concedida à formação profissional dos advogados e dos juízes.⁽²³⁾ E, finalmente, a *teologia*. Faz-se necessário abandonar a teologia especulativa; só a dogmática merece ser estudada, e deverá ser baseada não unicamente na

(22) É predominante a influência de Muratori, através de suas obras *Delle riflessioni sopra il buon gusto nelle scienze e nell'arti* (várias edições, de 1708 a 1744) e *Dei diffeiti della giurisprudenza* (1742)

(23) Carta 13.^a.

história da Igreja, mas também na história civil e a geografia (Carta 14.^a); para demonstrar as verdades da religião, a teologia terá que estudar os dois Testamentos (o que supõe o conhecimento do hebraico e do grego), a «tradição divina» e os dados da «razão natural», embora as provas que esta subministra sejam às vezes incertas (Sd.). Finalmente, em sua última carta — a que chama «Regulamento dos Estudos» — o Barbadinho reúne todas suas observações e traça um verdadeiro plano de estudos escolares e universitários, em que demonstra um grande avanço em relação à velha pedagogia, uma vez que recomenda classes pouco numerosas, métodos activos, ensino atraente, disciplina fundada na amizade entre alunos e professores, e abolição dos castigos corporais. Aborda igualmente a educação das mulheres, na linha de pensamento dos escritos de Fénelon e do Abade Rollin e pede para elas, uma cultura geral bastante limitada, pois, além da economia doméstica, só deverão aprender os trabalhos manuais e a dança (Carta 16.^a).

O ensaísta António Alberto de Andrade, que estuda exaustivamente Luís António Verney e a sua obra, afirma que ele «tinha em alvo o ensino ministrado em todas as escolas, oficiais ou não e, concomitantemente, atacava a cultura em geral. Em quase todos os Conventos havia aulas de ensino médio, mas os Colégios dirigidos por Religiosos que mais se distinguiam e maior número de leigos preparavam para a Universidade eram, sem dúvida, o Colégio de Santo Antão, de Lisboa; o das Artes em Coimbra; e o do Espírito Santo, dos Oratorianos de Lisboa»⁽²⁴⁾. A esta escolas e seus mestres é que se dirigia, pois, a violenta crítica do *Verdadeiro Método de Estudar*. E, no âmbito universitário, o ataque era endereçado directamente às Universidades de Coimbra, em suas Faculdades de Medicina, Jurisprudência, Teologia e Cânones, e de Évora, em sua Faculdade de Teologia, pois à primeira são dirigidas as onze primeiras Cartas, e à segunda as cinco restantes. «Apesar disso, a obra» — acrescenta o Sr. Andrade — «no frontispício vem endereçada ao R. P. Doutor na Universidade de Coimbra», e no texto per-

(24) *Verney e a cult. s. tempo*. Cit., p. 169.

cebe-se que fala com um Professor do Colégio das Artes. Dirigia-se, pois, à corporação mais responsável e à Ordem Religiosa que maior influência exercia no ensino» (25), à Companhia de Jesus.

E foram os Jesuítas, imediatamente, os mais numerosos impugnadores de Varney. Não interessa aos propósitos deste trabalho referir a áspera polémica que se travou entre os Jesuítas, os Oratorianos, os Franciscanos e representantes de outras Ordens Religiosas, e, mesmo, de elementos leigos, de um lado, e o Arceediago de Évora, Luís António Verney, do outro (26). Também no estrangeiro, especialmente na Espanha — que tinha condições semelhantes do ensino criticado — a repercussão foi grande e apaixonada. Um advogado madrilenho, Maymó y Ribes, traduziu o *Método*, mas a atoarda levantada pelos Jesuítas foi ainda maior. O historiador Vicente La Fuente indica a transcendência que teve «na reforma dos estudos e das universidades, na Espanha, não para edificar, mas para demolir» (27), o que não impediu que se tornasse também conhecido na América Espanhola, principalmente no México (28). Na apreciação que faz das repercussões da obra de Luís António Verney, o ensaísta António Alberto de Andrade observa que, de um modo geral, ela escandalizou a todo o mundo, pelo tom irreverente da crítica, e ninguém aderiu abertamente, por completo, às suas ideias. Por outro lado, também houve desaprovação aos opositores apaixonados do Barbadinho. As posições de parte a parte eram inflamadas demais, para não queimar o que delas se aproximavam. Andrade é de opinião que, embora a análise das fontes iluministas do *Método* indique que as ideias e os planos reformistas

(25) *Idem*, p. 170.

(26) Conf. «Bibliografia da polémica verneiana» (A. A. Andrade). In *Brotéria*. Lisboa, XLIX (2/3): 210 a 232, 1949. — Também «Sobre a suposta «parcialidade» polémica do *Verd. Mét. Est.*» (A. Salgado Jr.). In *Seara Nova*, n.º 1016/17, 1947.

(27) *Historia de las Universidades, Colégios y demás establecimientos de enseñanza en España*. Madrid, 1884-1889, 4 v., t. III, p. 371.

(28) Repercussão, respectivamente, da obra de Verney no México e na América do Sul Espanhola: V. Pablo González Casanova — *El misoncismo y la modernidad cristiana en el siglo XVIII*. México, 1948, p. 96; e o art. «La connaissance de la littérature portugaise en Amérique Espagnole au XVIII.º siècle». In *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, t. XV, 2.ª secção, n.º 1, p. 236 et seqs.

do seu autor não eram originais, e se sobrepueram ao pedagogo teórico, nem por isso deixa de avultar a grandeza do erudito de vasta e inteligente leitura: «E é neste aspecto que o Arcediago merece os maiores elogios. Leu muito, procurou assimilar os melhores leitores»⁽²⁹⁾. Mas, em sua fulminante auto-suficiência, foi violento, severo e injusto, como se pode ler em todas as Cartas. O seu orgulho levou-o a superestimar-se:... «sobretudo foi um iluminado, que escolheu o caminho que se lhe afigurou ótimo e não tolerava que se seguisse outro. É este o seu grande defeito, o que mais escandalizou, juntamente com a irreverência de tratamento usado para com as figuras mais respeitáveis do seu tempo e da história literária portuguesa»⁽³⁰⁾.

Não obstante o imenso prestígio granjeado, tanto em Portugal como no estrangeiro (Espanha, França, Itália e América Espanhola), um grande receio passou a cercar o grande demolidor. O Marquês de Pombal iria adoptar-lhe a maioria de suas recomendações nas reformas, mas sempre teve o cuidado de mantê-lo à distância, mesmo no momento em que a sua colaboração iria ser mais interessante — a reforma da Universidade. Daí a razão para o seu melancólico desabafo nestas palavras de uma carta ao Pe. José de Azevedo: «Enfim Deus não quis que eu iluminasse a nossa nação e eu me conformo com a sua vontade», palavras que completaria, pungentemente, no instante de fazer o testamento, ao deixar para o irmão Diogo alguns exemplares do «célebre Método» e livros polémicos: «Isso é a única coisa que ficou da dita matéria»⁽³¹⁾. De qualquer forma, o *Verdadeiro Método de Estudar* teve a glória, de, mesmo inconfesso, ter sido a grande mola propulsora das reformas pombalinas do ensino.

*

*

*

⁽²⁹⁾ *Op. cit.*, p. 206.

⁽³⁰⁾ *Idem ibidem.*

⁽³¹⁾ *In Vernen e a cultura do seu tempo.* Cit. (Documentação — Cartas das Últimas Vontades), Carta e, p. 673.